REQUERIMENTO Nº.123/2025

AUTORIA: DANYLO ACIOLI

SOLICITA INFORMAÇÕES PODER EXECUTIVO MUNICIPAL DE APUCARANA ACERCA DE CRONOGRAMA DE PAGAMENTOS AOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS.

Requer com fundamento legal:

no art. 268 do Regimento Interno, que disciplina o pedido oficial de informações aprovado em Plenário;

[...]

no art. 5.º, XXXIII, e no art. 37, § 3.º, II, da Constituição Federal, que consagram o direito fundamental de acesso à informação;

[...]

na Lei Orgânica Municipal de Apucarana, que estabelece as diretrizes para a gestão financeira e administrativa do município, em especial no que tange à transparência e regularidade dos pagamentos aos servidores públicos.

A gestão transparente e eficiente dos recursos públicos, bem como a regularidade no pagamento dos salários e benefícios dos servidores, são pilares fundamentais para a estabilidade econômica e social do município. A previsibilidade dos pagamentos é crucial para o planejamento financeiro dos servidores e para a manutenção da qualidade dos serviços públicos prestados à população.

Considerando a importância de assegurar a clareza e a acessibilidade das informações relativas à programação de pagamentos, e visando garantir a segurança financeira dos servidores municipais, torna-se imperativo que a Prefeitura Municipal de Apucarana preste esclarecimentos detalhados sobre o assunto.

Por esta razão, REQUER as seguintes informações detalhadas junto à Prefeitura Municipal de Apucarana:

I. Sobre a Programação de Pagamentos:

a) Há um cronograma de pagamento das remunerações mensais dos servidores? Se sim, qual?

b) Qual a data estipulada para o pagamento dos salários mensais dos servidores?

c) Caso haja de fato um planejamento, quais são as datas previstas para os pagamentos nos meses restantes deste ano e ao longo do ano de 2026?

d) Em caso de eventuais atrasos ou alterações na programação de pagamentos, qual o procedimento adotado pela Prefeitura para comunicar os servidores e quais medidas são tomadas para mitigar os impactos?

JUSTIFICATIVA

A presente proposição reveste-se de fundamental importância para o aprofundamento do conhecimento acerca das medidas que estão sendo adotadas ou planejadas para garantir a regularidade e a transparência na programação de pagamentos dos servidores públicos municipais. A previsibilidade e a pontualidade nos pagamentos são essenciais para a segurança financeira dos servidores e para a manutenção de um ambiente de trabalho estável e produtivo.

A capacidade de resposta do poder público às demandas por transparência e por uma gestão financeira responsável é um fator crítico para a proteção dos direitos dos servidores e para a minimização de riscos. Um planejamento adequado da programação de pagamentos demonstra o compromisso da gestão municipal com o bem-estar de seus funcionários e com a eficiência administrativa.

Neste sentido, a proatividade na abordagem de questões financeiras e de recursos humanos não apenas atende a uma demanda crescente da sociedade, mas também contribui para a construção de uma cultura de valorização do serviço público e de responsabilidade fiscal. A busca por soluções que integrem gestão financeira e bem-estar dos servidores é essencial para o desenvolvimento pleno de nossa cidade.

Ademais, o direito à informação, constitucionalmente assegurado, afigura-se como pilar essencial não apenas para o exercício da cidadania e do controle social por parte dos munícipes, mas também como ferramenta indispensável para o aprimoramento contínuo da gestão pública,

pautada pela transparência, pela eficiência e pela responsabilidade. A ausência de informações claras e acessíveis sobre a programação de pagamentos pode gerar incertezas e dificultar a participação informada da sociedade nos processos decisórios.

Neste diapasão, as informações ora requeridas tornam-se imprescindíveis para subsidiar uma análise diagnóstica acurada, permitindo a identificação de desafios, a avaliação da adequação das propostas e, por conseguinte, a formulação ou o reajuste de políticas públicas que promovam um desenvolvimento mais integrado, equitativo e sustentável na área da gestão de pessoal e finanças públicas. Tal ação contribuirá sobremaneira para o fortalecimento do papel de nosso município como um território genuinamente inclusivo, que valoriza a diversidade e se compromete ativamente com a promoção e a defesa dos direitos de todos os habitantes.

Face à indiscutível relevância da matéria e à imperiosa necessidade de fundamentar o planejamento municipal em dados concretos e evidências robustas, reitera-se a solicitação para que as informações sejam fornecidas dentro do prazo legalmente estabelecido, colaborando assim para a construção de uma gestão pública mais transparente, eficiente e comprometida com a equidade social.

Nestes termos pede deferimento.

Sala das sessões, data da assinatura eletrônica.

DANYLO ACIOLI
Vereador/Presidente